



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.185/2023

Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 2023

Suprimam-se, integralmente, todos os artigos da MPV 1.185/2023.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Medida Provisória nº 1185/2023, editada sob o pretexto de regulamentar a isenção tributária para créditos fiscais originários de subvenções para investimentos. Na verdade termina por revogar a sistemática atual.

1. A MPV revoga os dispositivos legais que preveem a não tributação das subvenções concedidas pelos Estados da federação pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (tributos federais). O incentivo ou benefício fiscal não pode sofrer a incidência dos referidos tributos, pois a pretensão de a União retirar, por via oblíqua, o incentivo fiscal concedido pelos Estados levaria ao esvaziamento ou redução do incentivo fiscal legitimamente outorgado pelo ente federativo;
2. Para reforçar tal ponto, note-se que o STJ (especialmente quanto ao crédito presumido) entendeu por excluir o crédito presumido de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, ao fundamento de violação do Pacto Federativo (art. 150, VI, “a”, da CF/88), tornando-se irrelevante a discussão a respeito do enquadramento do referido incentivo /



benefício fiscal como “subvenção para custeio”, “subvenção para investimento” ou “recomposição de custos” para fins de determinar essa exclusão.

3. Nesse sentido, quanto às alterações do art. 30 da Lei 12.973 / 2014, introduzidas pela LC 160/2017, o STJ firmou o entendimento no sentido de que “a superveniência de Lei, determinando a qualificação do incentivo fiscal estadual como subvenção de investimentos, não tem aptidão para alterar a conclusão de que a tributação federal do crédito presumido de ICMS representa violação ao princípio federativo”. Considerando o cenário legal descrito acima, a empresa realizou suas atividades de planejamento, previsão, orçamento e funções analíticas sem levar em consideração a carga tributária decorrente da nova Medida Provisória. A título de demonstração do impacto financeiro da Medida Provisória em questão nas empresas, veja-se o resumo abaixo:

	Anterior à MP	Após MP
Receita de Subvenção	100,00	100,00
Pis/Cofins	-	9,25
IR/CSL	-	30,86
Total de Tributos	-	40,11
Total Carga Tributária	0%	40%

4. Em regra geral, os Estados menos desenvolvidos, visando à captação de investimentos, geração de empregos e arrecadação para os seus respectivos territórios, oferecem alguns benefícios fiscais ao setor empresarial, que são chamadas de subvenção. Assim, as empresas alocam seus recursos, baseadas em um planejamento empresarial e econômico-financeiro para essas regiões. A MP citada impacta negativamente estes investimentos e por consequência o desenvolvimento e a geração de emprego dessas regiões.
5. Com a MP 1185 / 2023, a empresa será obrigada a revisar todo seu planejamento econômico-financeiro e será inevitável a adoção de medidas drásticas para redução de custos (o que certamente impactará a redução de empregos gerados).
6. Já está previsto, conforme LC 160 / 2017, o fim dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, a partir de 2032. Na MP, publicada pelo governo federal, a soma das alíquotas da tributação federal gera uma tributação adicional de 40%, a partir de 2024. A MP prevê a geração de crédito fiscal previsto, o que não neutraliza o efeito da tributação adicional. Este



crédito é bastante reduzido, ao estar limitado apenas às depreciações, amortizações e exaustões dos bens investidos.

7. Outro ponto negativo é que o crédito fiscal só poderá ser calculado até dezembro de 2028, ou seja, o crédito será concedido por apenas 4 (quatro) anos, ao tempo que as depreciações em sua maioria ocorrem em períodos maiores, de acordo com a orientação da própria Receita Federal.
8. Após o ano de 2028, haverá a tributação plena (total de 40%) sem nenhum crédito fiscal. Isso faz com que a apuração e utilização do crédito fiscal compense apenas temporária e parcialmente a oneração pela tributação pelo IR/CS e PIS/COFINS sobre as subvenções. Depois, será integralmente tributada sem nenhum tipo de crédito fiscal, enquanto os compromissos já assumidos pelas empresas junto aos Estados vão até 2032.
9. A MP traz um conceito muito restritivo para subvenção de investimento. Pressupõe contrapartidas expressas nos atos concessivos, que devem ser prévios à contabilização do benefício, o que limita o crédito sobre benefícios já concedido pelos Estados e que não cumprem com esse requisito. Os requisitos para a habilitação e apuração dos créditos são bastante restritivos e limita temporalmente o cálculo do crédito. Só será possível calcular crédito se o ato concessivo do incentivo tiver ocorrido antes da implantação ou expansão do empreendimento.
10. Há diversas limitações e condicionantes para a apuração do crédito: só pode ser incluído no cálculo do crédito as receitas de subvenção reconhecidas contabilmente após a conclusão da implantação/expansão do empreendimento, o que nem sempre acontece assim, muitas vezes à empresa beneficiária utiliza dos valores da subvenção para financiar antes ou durante a implantação/expansão e não depois que o empreendimento estiver concluído.
11. Também não serão consideradas os valores que não digam respeito a ou superem as despesas de depreciação/amortização/exaustão (ou seja, somente será considerado no cálculo do crédito fiscal o que for registrado como ativo imobilizado; despesas que não constituam ativo imobilizado, como por exemplo, despesas com pesquisa e desenvolvimento, não serão consideradas, entre outras). Ao vincular o crédito somente a essas despesas, há uma limitação relevante na apuração do crédito.



12. Há um desencontro temporal entre o momento da tributação da subvenção (com incidência de 40% - IR/CS e PIS/COFINS) e o momento do cálculo e utilização do benefício que só ocorrerá no ano seguinte ao da contabilização da receita de subvenção, a partir da entrega da ECF pela empresa.

Nesse sentido, a referida MPV é extremamente prejudicial, haja vista que onera fortemente investimentos planejados, para cujos incentivos não havia previsão legal de tributação federal. O crédito fiscal a ser concedido é apenas parcial e temporário e ainda possui restritivas limitações.

Por tais razões, é irremediável que todos os artigos da referida MPV sejam, integralmente, suprimidos, sob pena de forte e lesivo impacto econômico-financeiro à cadeia produtiva incentivada pelos entes federativos estaduais com potencial de causar indesejado e perigoso desequilíbrio econômico-financeiro, o que dificulta sobremaneira a geração de empregos nas empresas beneficiárias de subvenções fiscais estaduais.

Sala da comissão, 5 de setembro de 2023.

Deputado Capitão Alberto Neto
PL-AM

